COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5.864, DE 2016, DO PODER EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE A CARREIRA TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, INSTITUI O PROGRAMA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VOTO EM SEPARADO ARGUMENTATIVO AO RELATÓRIO DO RELATOR PROJETO DE LEI Nº 5.864/2016

Dispõe sobre a Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, institui o Programa de Remuneração Variável da Receita Federal do Brasil e dá outras providências.

Em virtude das alterações promovidas da primeira para segunda versão do relatório, que modificam substancialmente o teor o Projeto de Lei, é imperioso que se resgate em boa monta os dispositivos abandonados pela versão do relatório ora em apreciação pela Comissão, sobretudo em virtude de inserções que alteram radicalmente a estrutura da carreira de auditoria, e que justificam o presente voto argumentativo.

Em seu artigo 3º, o relatório cria outros dois cargos dentro da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil por meio da transformação dos cargos de Analista do Seguro Social em Analista-Técnico da Receita Federal do Brasil e de Técnico do Seguro Social em Assistente-Técnico da Receita Federal do Brasil. Saliente-se que os cargos de origem pertencem a carreiras extrínsecas à estrutura da Receita Federal do Brasil.

Os artigos 4º, 5º e 6º disciplinam a transposição e a remuneração dos cargos transformados.

Ocorre que o cerne do Projeto de Lei é a reestruturação salarial e a adequação das atribuições e prerrogativas dos cargos da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, de Analista-tributário e Auditor-Fiscal.

Ao transformar os cargos dos servidores oriundos do Seguro Social em cargos da carreira específica da Receita Federal do Brasil, pela redação dos artigos supracitados, amplia-se também a estes cargos todo o rol de atribuições, garantias e prerrogativas

originalmente direcionadas aos cargos da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, de Analista-tributário e Auditor-Fiscal, de modo a desvirtuar todo o conceito do Projeto de Lei e a criar embaraços insuperáveis à administração da Receita Federal do Brasil.

Desta forma, encaminha-se o voto em separado argumentativo no sentido de se resgatar o inteiro teor da primeira versão do relatório apresentada pelo relator, que atende aos servidores oriundos do Seguro Social, em exercício na Secretaria da Receita Federal do Brasil, de modo adequado, sem comprometer o cerne do Projeto de Lei.

Sala da Comissão, em 9 de novembro de 2016.

Dep. André Figueiredo

PDT/CE